

Fim de reajustes salariais causa êxodo em área técnica do governo

Texto de Marcelo Corrêa
Fotos de José A. Magnago

Já está havendo um êxodo de técnicos do Governo do Estado para empresas do setor privado, e, a situação vai se agravar, a médio prazo tendo em vista que já não existe mais motivação salarial, a partir do momento em que houve a decisão de transformar as fundações em autarquias. Desde junho do ano passado que o pessoal técnico ligado às fundações não tem reajustes salariais e com a evolução dos índices inflacionários houve uma perda de aproximadamente 101%.

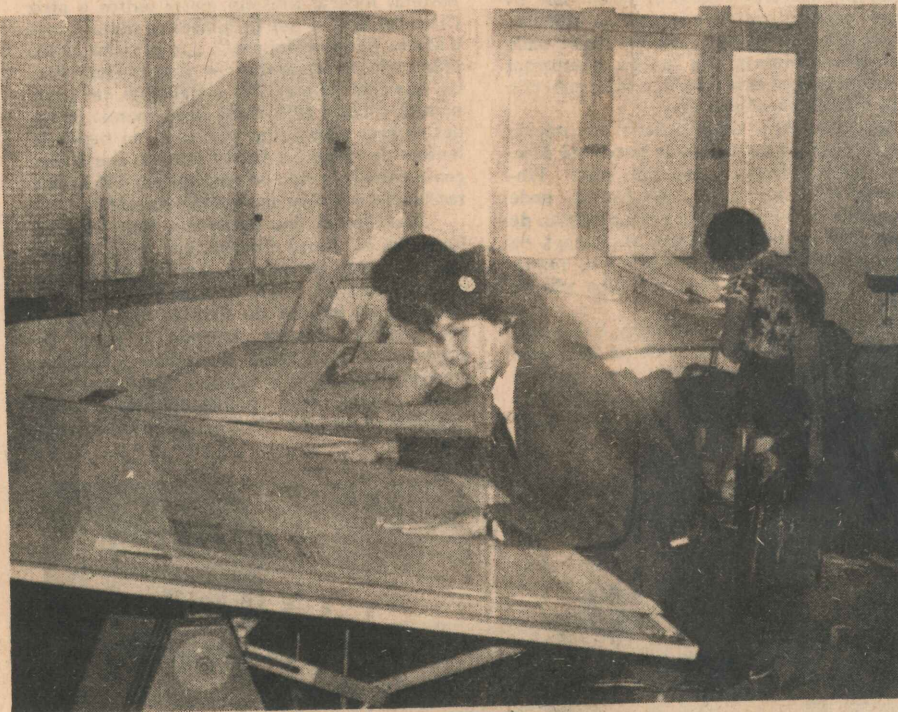
No momento os técnicos, ligados principalmente ao setor de planejamento, estão se movimentando no sentido de conseguir por parte do Governo do Estado uma reposição que seja pelo menos igual à perda que tiveram. Mas, enquanto existe a indefinição sobre os novos índices, eles já estão em busca de novas opções de emprego. Segundo depoimento do economista Marçus Vinicius Brandão, da Coordenação de Planejamento do Governo do Estado e também da Universidade Federal do Espírito Santo, o Estado está na iminência de sofrer um esvaziamento fatal nos seus quadros técnicos.

A causa fundamental é, sem dúvida alguma, a questão salarial. No momento os profissionais estão procurando e também sendo procurados por empresas do setor privado, tendo em vista o grau de especialização. A Companhia Siderúrgica de Tubarão, aparece como o grande mercado.

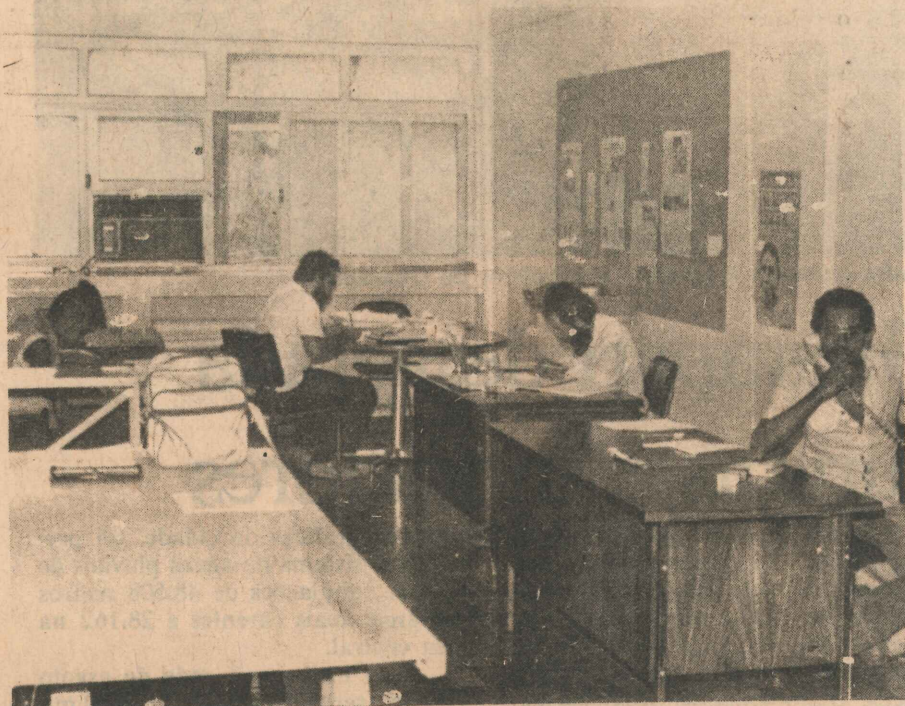
Tendo em vista a situação, o governo corre o risco de perder parte de sua memória de informações, importante em função, principalmente da fase de implantação da industrialização.

Os técnicos que hoje procuram deixar o governo são justamente aqueles que receberam incentivos para uma especialização maior. Houve um investimento muito grande em pessoal, através do sistema de concessão de bolsas de estudos.

Devido ao impasse salarial, setores mais conservadores da administração pública colocam em dúvida o valor real das fundações, chegando ao ponto de sugerir sua extinção. Na área de planejamento, a ex-Fundação Jones dos Santos Neves foi criticada, como se nada houvesse contribuído para a modernização do Estado e manutenção de sua identidade tendo em vista os seus valores culturais.



Os técnicos querem ver seu trabalho sendo mais valorizado



Muitos estão procurando entrar nas empresas privadas.

Conservadores tentam evitar modernização

O Espírito Santo ainda é um Estado velho, desorganizado administrativamente e com setores conservadores de sua sociedade que se colocam contra o processo de modernização, o que é agravado pela falta de uma filosofia oficial de planejamento. A situação vem causando preocupação em vários técnicos e entidades que acompanham o surgimento de uma nova sociedade capixaba, baseada na industrialização, que corre o risco de perder a sua identidade.

Uma outra preocupação diz respeito à falta de espaço nos órgãos do governo para a figura do técnico, que, devido aos baixos salários, já está procurando novos empregos nas empresas privadas. Com a extinção das fundações, os técnicos estão buscando novas alternativas salariais.

De acordo com Marcus Vinícius Brandão, professor da Universidade Federal do Espírito Santo e economista da Coordenação de Planejamento do Estado, a transformação das fundações em autarquias foi uma medida de economia para se evitar pagar mais ao pessoal técnico. "A médio prazo o Estado vai sofrer um esvaziamento, perdendo grande parte de seu pessoal técnico, que vai buscar novas alternativas de salários até mesmo fora dos limites do Espírito Santo".

Ele explicou que a criação das fundações, em termos administrativos, foi antes de mais nada uma saída jurídica para melhor remunerar o seu corpo técnico. A fundação foi uma alternativa administrativa para a superação das áreas de incertezas existentes no planejamento. Marcus Vinícius Brandão considerou que o aparelho estatal nunca esteve preparado para atender às exigências de uma sociedade em mudança. "A administração pública é emperrada, sem condições de fornecer respostas imediatas. A introdução de uma fundação seria, num certo sentido, uma administração paralela, com objetivos específicos para socorrer a administração direta".

Continuando, ele explicou que uma fundação é a tentativa de se agilizar a realização de trabalhos como subsídios ao processo decisório. Assim sendo, numa atividade de planejamento é importante uma equipe multidisciplinar que venha facilitar as decisões com rapidez, em bases sólidas de pesquisas e estudos históricos.

Com a transformação das fundações em autarquias, os técnicos vinculados a essas instituições perderam o direito aos reajustes semestrais, e também os índices salariais já não acompanham a importância dos trabalhos por eles desenvolvidos. Segundo cálculos de funcionários da Coordenação de Planejamento, a perda que eles tiveram do ano passado até o presente momento foi de 101%. Como já percebem que o reajuste não deverá alcançar o que esperam, eles resolveram fazer um abaixo-assinado para pedir ao governador um índice compatível com o trabalho que desenvolvem.

IMPORTANCIA

Apesar de ser o único local no Estado onde se produzem idéias, segundo o professor de Arquitetura da Ufes e presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil — Seção do Espírito Santo, Kleber Frizzera, o Instituto Jones dos Santos Neves ainda não conseguiu ver os seus principais projetos serem executados. Um deles, o Plano de Ordenamento Urbano da Serra, está desde o ano passado paralisado na prefeitura e ninguém sabe dizer o motivo. Só mesmo o prefeito Feu Rosa. Esse plano tem por objetivo o ordenamento da ocupação urbana, a estruturação do espaço, proteção ao ambiente natural e ao patrimônio cultural e ordenamento do desenvolvimento urbano.

O grande momento para o Espírito Santo, na tentativa de sua modernização, também partiu, sem dúvida alguma, da antiga Fundação Jones dos Santos Neves — o Plano Diretor Urbano de Vitória, que foi traçado dentro dos seguintes objetivos: assegurar o convívio social da

população, tanto a nível de moradia como de cidade; propugnar por uma cidade que contemple a estrutura preconizada para aglomeração urbana da Grande Vitória, o crescimento demográfico previsto e as funções regionais do município; preservar e conservar as áreas e equipamentos de valorização histórica, paisagística e natural; distribuir a densidade demográfica na área preconizada, de forma a proporcionar maior economia na distribuição dos serviços públicos à comunidade.

Ainda dentro do Plano Diretor Urbano de Vitória, são evidenciados outros objetivos, como a correção das tendências de crescimento desordenado de algumas áreas do município, através da introdução de normas para a ocupação e uso do solo; distribuição dos equipamentos na cidade, como um todo, de forma a redistribuir os benefícios e oportunidades desses investimentos; racionalização da aplicação de recursos públicos de forma a maximizar os benefícios sociais e minimizar os custos financeiros; preconizar a formação de um anel viário, após a conclusão da 3ª ponte ligando Vitória a Vila Velha, de forma a consolidar um grande centro, com as atividades estaduais, metropolitanas e municipais.

Apesar dos esforços dos técnicos da ex-Fundação Jones dos Santos Neves, que ficaram mais de três anos em cima da proposta do PDU, a Câmara dos Vereadores, pressionada por setores da comunidade, resolveu não aprovar o projeto, que estrategicamente foi retirado pelo prefeito Carlito Von Shilgen. O PDU, depois de sensíveis modificações, já está de volta à Câmara. Ninguém sabe ainda qual será o seu destino.

Para o arquiteto André Abe, a proposta do PDU ainda não teve uma definição porque a sociedade é, por si, conservadora em qualquer atividade e, portanto, refratária às propostas que suspeita serem modificadoras.